

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ATESTADO DE FUNCIONAMENTO 2022

Atestamos, para os devidos fins, que a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, denominada "ASSOCIAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR E MORADORES DO DISTRITO DE CANTO DO ENGENHO" - inscrita no CNPJ sob o número 27.774.763/0001-46, funciona regularmente na Comunidade Canto do Engenho, Zona Rural de Montes Claros-MG, CEP: 39.410-000, desde 19/05/2017, conforme comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitido pela Secretária da Receita Federal, seu estatuto está registrado sob o nº 25.256, Livro A-24; protocolo nº 119.360, Livro A-12, em 19 de Maio de 2017; e Ata de Eleição da Diretoria registrada sob o nº 29.862, Livro A-26, e protocolo sob n º 138.360, livro A-13, em 10 de Agosto de 2021, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Por serem verdadeiras as informações acima, assino o presente. O requerente fica ciente que informações falsas importam em responsabilidade criminal nos termos do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Montes Claros, 05 de Julho de 2022.

Claudio Rodrigues Jesus VEREADOR

CLÁUDIO RODRIGUES DE JESUS PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ESTATUTO

PROTOCOLO

ASSOCIAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR E MORADORES DO DISTRITO CANTO ENGENHO

Capitulo I: Da Denominação, Sede e Fins

Artigo 1º Associação do Agricultor Familiar e Moradores do Distrito Canto do Engenho., com sede na comunidade canto do engenho município de montes claros, minas gerais, é uma entidade civil de caráter filantrópica, com personalidade jurídica própria, de direitos privados sem fins lucrativos, não econômicos, terá duração por tempo indeterminado e que congregará numero indeterminado de membros e se regerá pelo presente estatuto. Fundada em 11 de março de 2017, e registrada no cartório de registro civil de pessoas jurídicas, com sede e foro nesta comarca de Montes Claros estado de Minas Gerais.

1 _tem sua sede na comunidade rural de canto do engenho acesso pela BR 365 a 25 km da área urbana do município de montes claros — minas gerais. Organizada de conformidade com a lei federal 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Artigo 2° Tem por finalidades principais:

- 1 Desenvolver projetos de assistência de combate á fome e a pobreza, proteção da saúde da família da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; promover projetos culturais e esportivos, de melhoria do emprego e da renda, na economia de subsistência, promoção da integração ao mercado de trabalho: de assistência social aos portadores de necessidades especiais e deficiência física na procura da habilitação e reabilitação e a promoção de sua integração a vida comunitária; na moradia habitacional, promover abrigos e assistência alimentar em caso de calamidade publica, amparo ás crianças, adolescentes e idosos carentes: proteção do meio ambiente e promoção da segurança publicam:
- 2- Criar e administrar: Espaços coletivos, Creches, Cursos e oficinas profissionalizantes, Centro de convivências para pessoas Idosas, com a participação da família, coleta de lixo domestico, gestão do uso da água, da energia elétrica e da urbanização.
- 3- Reivindicar aos poderes públicos, municipal, estadual e federal aos problemas de interesse da coletividade:
- 4 Representar a entidade, junto a órgãos públicos e entidades da sociedade civil:
- 5 Dar parecer técnico nas prestações de convênios e do exercício fiscal:
- 6 Conveniar -se com instituições publicas e privadas:
- 7 Oferecer assistência jurídica as pessoas carentes da comunidade:
- 8- fazer parcerias como órgãos públicos, municipal, estadual e federal, com instituições, escolas, outras igrejas, conselhos, federações, confederações e outros:
- 9 Desenvolver trabalhos como relação á segurança da coletividade.
- 10 Promover a incrementação do turismo e de festejos populares, em datas marcantes do calendário:

Artigo 3° - No desenvolvimento de suas atividades a entidade não fará qualquer discriminação política, religiosa, social, cultural, étnica, raca, cor e sexo.

Ablandor Condesso da siña

MONTES)

Artigo 4º - Para cumprir sua(s) finalidade(S) a entidade poderá criar tantas quantas que se fizerem necessárias de unidade(S) de prestação(S) de serviço(S), que serão disciplinadas por regimento interno, indicando qual a fonte de recursos para a manutenção da entidade.

**ECOTADO ONTE DAS PRESOAS JURÍDICAS DE MONTES CLAROS.MG

Capitulo II: Dos Associados

PROTOCOLO

Artigo 5. É constituída por numero ilimitados de sócios, que serão admitidos, a juízo da diretoria, dentre pessoas idôneas.

Artigo 6° - Haverá as seguintes categorias de associados:

- (1) Fundadores São os membros que compõem a Diretoria Fundadora e que estejam qualificados na ata de fundação:
- (2) Beneficiários aqueles aos quais a assembléia geral conferir esta distinção espontaneamente ou por proposta da diretoria em virtude dos relevantes serviços prestados a entidade:
- (3) Honorários aqueles que se fizerem credores dessa homenagem por serviços de notoriedade prestados a associação, por proposta da diretoria á assembléia geral:
- (4) Contribuintes os que pagarem a mensalidade estabelecida pela diretoria.

Artigo 7°. Será constituído de sócios maiores de dezesseis (16) anos, residentes no estado de Minas Gerais. Os sócios menores de dezoito (18) anos não poderão ocupar cargos na diretoria executiva e conselho fiscal. E a presença nos demais cargos "Departamentos" devera submeter à assembléia Geral.

Artigo 8° - São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais:

I - Votar e ser votado para os cargos eletivos:

II -- Tomar parte nas Assembléias Gerais.

Artigo 9º - São deveres dos sócios quites com suas obrigações sociais:

- I Cumprir as disposições estatutárias e regimentais:
- II Acatar as determinações da diretoria.

Parágrafo único - Os sócios deverão contribuir com mensalidade, participar das assembléias para terem direitos de receber quaisquer benefícios oferecidos pela Associação:

Parágrafo único - Os sócios beneméritos e honorários não terão direito a voto e nem poderão ser votados.

Artigo 10º - Os sócios da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pela obrigações e encargos sociais da instituição.

Parágrafo único - Havendo justa causa, o sócio poderá ser demitido ou excluído da Associação por decisão da diretoria, após o exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso á Assembléia Geral.

Artigo 11º - A exclusão do sócio se Dará nas seguintes questões:

District Rooms

I - Grave violação do estatuto;

II - Difamar a Entidade, seus membros, sócios ou objetos:

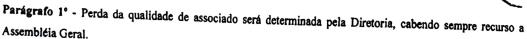
JURÍDICAS DE MONTES CLAROS-MG PROTOCOLO

MEGISTRO

III - Atividade que contrariem decisões da Assembléia:

IV - Desvio dos bons costumes;

V - Conduta duvidosa, atos ilícitos ou morais;



Parágrafo 2º - A forma de demissão do sócio se Dará mediante a solicitação por meio de carta entregue á diretoria por ele mesmo.

Capitulo III: Da Administração:

Artigo 12º Será administrador por:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Departamentos.

Artigo 13º - A Assembléia Geral é órgão soberano de a Constituir-se á dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários,

Artigo 14° a Compete privativamente a Assembléia Geral:

- a) Eleger os administradores, a diretoria executiva e o conselho fiscal;
- b) Destituir os administradores;
- c) Apreciar recursos contra decisões da diretoria
- d) Decidir sobre reformas do Estatuto;
- e) Conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da diretoria;
- f) Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- g) Decidir sobre a extinção da entidade, nos termos do artigo 34°;
- h) Aprovar as contas;
- i) Aprovar o regimento interno;
- j) Alterar o Estatuto, aprovar as contas, eleger os administradores e destituí-los;
- (1) Aprovar a admissão, demissão e exclusão dos sócios.

Artigo 15° - A Assembléia Geral realizar-se à ordinariamente, uma vez por ano mês de abril para:

- Apreciar o relatório da diretoria
- b) Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo conselho fiscal.

CIVIL DAS PESSONOS CLAY

Artigo 16º - A Assembléia Geral realizar-se á ordinariamente, quando convocada:

a) pelo presidente da diretoria executiva:

(b) pela diretoria executiva:

(c) pelo conselho fiscal;

d) por requerimento de 1/5 (Hum quinto) dos sócios quites com a suas obrigações sociais. Artigo 17º - A convocação da Assembléia Geral será feita pela diretoria atual ou pelo CMDRS MONTES

CLAROS -MG por meio de edital afixado na sede da Em locais apropriados por lei, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de quinze (15) dias decorridos a contar da data da pub. do edital. Parágrafo Único - Qualquer Assembléia instalar-se á em primeira convocação como a maioria dos sócios segunda convocação, com qualquer numero não exigindo a lei quorum especial.

Artigo 18º - Para todos da diretoria executiva e conselho fiscais, será substituído automaticamente em

Artigo 19º - A diretoria executiva e conselho fiscal eleita terão um mandato com duração de quatro (04) anos, com direito e reeleição por um (01) só período, vedada mais de uma reeleição consecutiva.

Artigo 20° - A posse oficial dos eleitos se dará imediatamente após o pleito eleitoral.

Capitulo IV: Da Diretoria:

Artigo 21º Será administrada por uma diretoria executiva composta por:

a) Diretor (a) presidente

b) Vice-presidente;

c) 1°secretario (a);

d) 2°secretario (a);

e) 1°Tesoureiro (a);

f) 2°Tesoureiro (a);

Artigo 22° - Compete á Diretoria:

- a) Elaborar e executar programa anual de atividade:
- b) Elaborar e apresentar á Assembléia Geral, o relatório anual;
- c) Estabelecer o valor das mensalidades para os sócios contribuintes;
- d) Entrosar-se com instituições publicas e privadas para mutua colaboração em atividades de interesse comum;
- e) Contratar e demitir funcionários;
- Convocara a Assembléia Geral;

DINO DAN JURÍDICAS DE MONTES CLAROS-MG PROTOCOLO





Artigo 23º - Compete ao presidente:

- a) Representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) Cumprir e fazer cumprir este estatuto e o regimento interno;
- c) Convocar e presidente as Assembléias Gerais;
- d) Convocar e presidir as reuniões da diretoria;
- e) Assinar com o primeiro tesoureiro todos os cheques ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da entidade;

Artigo 24º - Compete ao vice-presidente:

- a) Substituir o diretor (a) presidente em suas faltas ou impedimentos;
- Assumir o mandato, em caso de vacância, ate o seu termino;
- Prestar de modo geral, a sua colaboração ao presidente;

Artigo 25° - Compete ao primeiro (1°) Secretario (a);

- a) Secretariar as reuniões da diretoria e Assembléia Geral e redigir as atas;
- b) Publicar todas as noticias das atividades da entidade.

Artigo 26° - Compete ao segundo (2°) Secretario (a):

- a) Substituir o primeiro-secretario em suas faltas ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato em caso de vacância até seu termino;
- c) Prestar de modo geral sua colaboração ao primeiro-secretario;

Artigo 27° - Compete ao primeiro (1°) Tesoureiro;

- a) Arrecadar e economizar as contribuições dos Associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- b) Pagar as contas autorizadas pelo presidente;
- c) Apresentar o relatório de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- d) Apresentar o relatório financeiro para ser submetido á Assembléia Geral;
- e) Apresentar semestralmente o balanço ao conselho fiscal;
- Conservar sob sua guarda e responsabilidade, documentos relativos á tesouraria
- g) Assinar junto com o presidente todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Entidade;
- h) Manter todo o numerário em estabelecimento de credito.

Artigo 28° - Compete ao segundo (2) Tesoureiro (a):

- a) Substituir o primeiro-tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato em caso de vacância ate o seu termino;
- Prestar de modo geral a sua colaboração ao primeiro- tesoureiro.



HEDISTHO CIVIL CAS PERSONS JURÍDICAS DE MONTES CLAROS-MG

PROTOCOLO

Artigo 29°- O Conselho Fiscal será constituído por seis (06) membros eleitos pela Assembléia Geral:

- a) Três (3) conselheiros fiscais efetivos;
- b) Três (3) conselheiros fiscais suplentes;

Parágrafo Único -

JURIDICAS DE MONTES CLAROS-MG

PROTOCOLO

- A) O mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da diretoria executiva;
- B) Em caso de vacância o mandato será assumido pelo respectivo suplente ate seu termino.

Artigo 30° - Compete ao conselho fiscal:

- a) Examinar os lucros de escrituração da entidade;
- b) Examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro opinando a respeito;
- c) Apresentar relatórios de receitas e despesas sempre que forem solicitados;
- d) Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo Único – O Conselho fiscal reunir-se á ordinariamente a cada três (03) meses e extraordinariamente sempre que necessário.

Artigo 31º - As atividades dos diretores e conselheiros, bem como ás dos sócios serão inteiramente gratuitas sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens.

Artigo 32º - Os departamentos são secretarias de apoio á diretoria executiva sendo indicadas pelo presidente eleito como cargos de confiança:

- a) Cultural;
- b) Feminino;
- c) Esportivo;
- d) Jurídico:
- e) Religioso;
- f) Assistência social.

Capitulo V: Dos bens patrimoniais:

Artigo 33º - O patrimônio Será constituído de bens moveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de divida publica.

Artigo 34º - No caso de dissolução da instituição. os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere com personalidade jurídica que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou entidade publica.

Capitulo VI: Das Disposições Gerais:

Artigo35º - Não distribuirá lucros resultados dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto.

Alwardra condor da siho



Artigo 36°. Manter-se-á através de contribuições dos sócios e de outras atividades, sendo que essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Artigo 37º Não remunera, nem concede vantagens ou beneficios por qualquer forma ou título a seus diretores conselheiros, sócios instituidores, benfeitores ou equivalentes.

Artigo 38º - As fontes de recursos para a manutenção deverão ser através das mensalidades dos sócios e ou verbas de subvenções sociais a nível municipal estadual ou federal através de projetos disciplinado por regimento interno aprovado em Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Este estatuto está adequado a lei n: 10.406/02 de 10-01-2002. Do novo código civil brasileiro e sendo sua vigência apartir do dia 10 de janeiro de 2003, e as exigências da SEDESE/CECON/CEAS/CMAS/CNAS E CMDRS.

**RESTRO QIVI. DAS PESSOAS

Capitulo VIII: Das Disposições Finais:

Artigo 39°-Será dissolvida por decisão da Assembléia Geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação das suas atividades.

Parágrafo Único – A entidade presta serviço gratuito, permanente e sem qualquer discriminação de clientela, nos projetos, programas, beneficios e serviços de Assistência Social.

Artigo 40° - O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo por decisão de dois terços (2/3) dos presentes a Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar e primeira convocação, sem a maioria absoluta dos sócios, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes e entrara em vigor na data de seu registro em cartório.

Parágrafo Único – Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria e referendados pela Assembléia Geral.O presente estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral e será registrado no cartório de registro de títulos e documento do município de Montes Claros, MG

1. Ol Janico Alexandre andons da rely

PRESIDENTE

Montes claros 11 de março 2017-

JURIDICAS DE MONTES CLAROS-MG

PROTOCOLO

CARTORIO DO PRIMEIRO OFICIO DE NOTAS DE MONTES CLAROS ME RADRO ME RADRO MONTES CLAROS ME RADRO M





REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Oficiala: Dra. Audrey Caldeira do Carmo Rua Gonçalves Figueira, 134, fone (38) 3221-8314, CEP: 39.400006 Montes Claros-MG.

E-mail: cartório.tdpjmc@hotmail.com

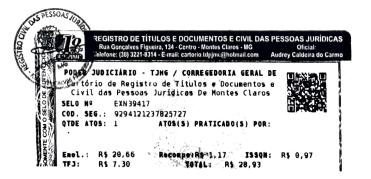
CERTIDÃO

TATIANE APARECIDA SILVEIRA, escrevente substituta do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e cumulativamente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e na forma da lei, etc.

Certifico que o requerente Jackson Marcelo Batista Santos, CPF: 131.208.286-02, solicitou o registro da ata da ASSOCIAÇAO DO AGRICULTOR FAMILIAR E MORADORES DO DISTRITO DE CANTO DO ENGENHO, CNPJ 27.774.763/0001-46, que foi registrada sob o nº. 29.862, livro A-26 e protocolada sob o nº. 138.360 livro A-13, em 10 de agosto de 2021. Foram apresentados os documentos exigidos por lei. O referido é verdade. Dou Fé.

Montes Claros, 10 de agosto de 2021

Escrevente Substituta





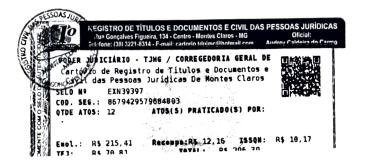
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE OCUPAS CLAROS-MG

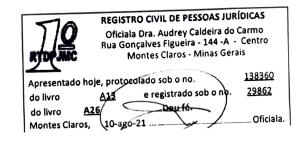
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR E MORADORES DO DISTRITO DE CANTO DO ENGENHO-MONTES CLAROS-MG. Às 16 horas do dia 20/03/2021 reuniram-se na sede da associação no distrito canto do engenho conforme estava previsto em Edital de convocação afixado nos principais locais da comunidade, aconteceu uma assembleia geral com fim de eleger e empossar a nova diretoria e Conselho fiscal da entidade para mandato de (04) anos com início em 20/03/2021 a 20/03/2025. Abrindo a seção a presidente em exercício Alexandra Cardoso da Silva, conclamou a todos os presentes para o voto consciente, pensando principalmente no bem está da comunidade. Assim sendo deu-se inicio aos trabalhos, por unanimidade dos presentes decidiu que a eleição por aclamação, que elegeu diretoria e conselho fiscal assim constituída Ficando eleita e empossada a seguinte diretoria. Diretoria Executiva DIRETOR PRESIDENTE: Jackson Marcelo Batista Santos, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua D, Nº226, Bairro Nossa Senhora das Graças, Montes Claros-MG, Data Nasc: 04/11/1993 Profissão: Assessor, RG: MG16. 873.654 SSP-MG CPF: 131.208.286-02 <u>VICE-PRESIDENTE</u>: Alexandra Cardoso da Silva, brasileira, casada, residente e domiciliada na Praça Bom Jesus, S/N, Canto do Engenho, zona rural de Montes Claros, Data Nasc.: 04/01/1985 Profissão: Trabalhadora rural, RG: MG 15.589.793 SSP-MG CPF: 075.566.686-06 1 SECRETÁRIA: Ernestina Fonseca de Souza, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Praça Bom Jesus, S/N, Canto do Engenho, zona rural de Montes Claros-MG, Data Nasc:22/06/1972 Profissão: Produtora Rural, RG: MG 6.843.164 SSP-MG CPF:868.048.046-00 2*SECRETÁRIO: Josiane Gonçalves da silva ,brasileira ,casada, residente e domiciliado distrito canto do engenho, zona rural, Montes Claros-MG, Data Nasc: 21/11/1981 Profissão: operador de maquinas, RG: MG 15 195 214 SSP-MG CPF: 219.389.488.40 1ºTESOUREIRO: João Rubens Ferreira da Silva, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Praça Bom Jesus, S/N, Canto do Engenho, zona rural, Montes Claros-MG, Profissão: Produtor rural, RG: M 272.794 SSP/MG CPF: 146.052.956-15 2ª TESOUREIRA: Maria Aparecida Santos Gomes, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Praça Bom Jesus, S/N, Canto do Engenho, zona rural, Montes Claros- MG, Profissão: Trabalhador rural, RG: MG 13.579.528 SSP-MG CPF: 062.728.926-67 1°CONSELHEIRO EFETIVO: José Adão Fonseca Oliveira, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Praça Bom Jesus, S/N, Canto do Engenho, zona rual, Montes Claros-MG, Profissão: Produtor rural, RG: MG 8.949.250 SSP-MG CPF: 039.459.236-03 2°CONSELHEIRO EFETIVO. Alessandro Ferreira Gonçalves, brasileiro, casado, residente e domiciliado distrito canto do engenho, zona rural, Montes Claros-MG, Data Nasc: 21/11/1981 Profissão: operador de maquinas, RG: MG 15 195 214 SSP-MG CPF: 219.389.488.40: 3°CONSELHEIRO EFETIVO: Vânia patrícia rodrigues Martins, brasileira, casada, residente e domiciliado na Praça Bom Jesus, S/N, Canto do Engenho, zona rural, Montes Claros-MG, Data Nasc: 08/10/1974 Profissão: Produtor rural, RG: MG8.831.966 SSP-MG CPF: 033.881.296-22 <u>1°CONSELHEIRO SUPLENETE:</u> Antônio Martins Coelho, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Praça Bom Jesus, S/N, Canto do Engenho, zona rural, Montes Claros-MG, Profissão: Produtor Rural, RG:M4.702.318 SSP-MG CPF: 678.398.356.32 2°CONSELHEIRO SUPLENTE: Edvaldo Fernandes de Oliveira, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Praça Bom Jesus, S/N, Canto do Engenho, zona rural, Montes Claros-MG, Data Nasc: 21/08/1968 Profissão: Produtor Rural RG: MG 10.628.198 SSP-MG CPF: 702.780.676-20 3°CONSELHEIRO SUPLENTE: Jose Antônio Cardoso da Silva, brasileiro, Divorciado, residente e domiciliado na Praça Bom Jesus, S/N, Canto do Engenho. zona rural, Montes Claros-MG, Data Nasc: 10/10/1966 Profissão: Produtor Rural, RG: M 7.582.756 SSP-MG CPF: 717.296.666-04. Nada mais havendo a tratar encerra-se a assembleia, sendo então lavrado a presente ata que após lida e discutida se aprovada será assinada por todos na lista de presença que será anexada.

Montes Claros, 20 de março de 2021.

Jackson Marcelo Batista Santos

Presidente





EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA



CONVOCAÇÃO

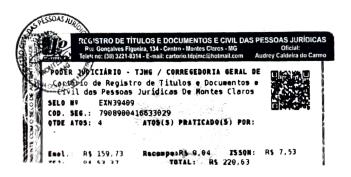
Associação do agricultor familiar e moradores do distrito de canto do engenho- montes claros-mg convida a todos a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se na sede da associação na praça bom Jesus s/n no distrito de canto do engenho, no dia 20 de março 2021 às 16 horas, a fim de eleger e empossar diretoria e conselho fiscal sobre a seguinte ordem do dia:

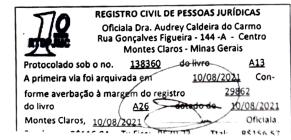
1 - ELEIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL.

Alexandra Caroloso da Selve

Canto do engenho 01 março de 2021

Alexandra Cardoso da Silva Presidente





LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA
DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR E MORADORES DO DISTRITO CANTO DO ENGENHO – MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG
Logo Propaga Secusor da Sitra - (from
Antonio Martin Calles
union Boyes de Jerry
Vaid Texure of San
Alsira Mario dor santos Po ha
Regarde da sulva
Adamsto Junganica
Podron marcelo Batista Sentes
· How Attomica how do a
to alla lasta. To ano choses
Alexandro comos desgribo
Maria Aparecida Jantos Comer
José Adora f. Ollogira
1.92e Antonio Con
MANIA JOSE OLIVERA
Hongson leit Le Sant.
//





REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Oficiala Dra. Audrey Caldeira do Carmo Rua Gonçalves Figueira - 144 - A - Centro Montes Claros - Minas Gerais

Protocolado sob o no. 138360

do livro A13 10/08/2021 Co

A primeira via foi arquivada em forme averbação à margem do registro

08/2021 Con-

do livro

A26 darado de 10/

Montes Claros, 10/08/2021

∠Oficiala.



TERMO DEFERIMENTO CNPJ

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE MONTES CLAROS-MG



A Solicitação para Alteração da pessoa jurídica ASSOCIACAO DO AGRICULTOR FAMILIAR E MORADORES DO DISTRITO DE CANTO DO ENGENHO cujo recibo é MG90731471 e o identificador 27774763000146 foi analisada com sucesso.

A Alteração para o CNPJ 27.774.763/0001-46 foi realizada com sucesso pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas Montes Claros - MG com o número de registro:

NRC: 040220PJ00025255-24

Para emitir o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, vá no site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br) ou digite o link abaixo:

http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva Solicitacao.asp



27774763000146



040220PJ0002525524

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

43 2	REPÚBLICA FEDE	ERATIVA DO BRASI	L			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA						
NUMERO DE INSCRIÇÃO 27.774.763/0001-46 MATRIZ		ISCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DASTRAL	D DATA DE ABERTURA 19/05/2017			
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DO AGRIC	ULTOR FAMILIAR E MORADORE	S DO DISTRITO DE CANTO DO E	NGENHO			
	TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIAÇÃO DE CANTO DO ENGENHO DEMAIS					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIE 94.30-8-00 - Atlyidades de	DADE ECONÔMICA PRINCIPAL e associações de defesa de direit	os sociais				
94.93-6-00 - Atividades de	/IDADES ECONÓMICAS SECUNDARIAS 8 organizações associativas ligac 8 sociativas não especificadas ani					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATU 399-9 - Associação Privado						
LOGRADOURO A RURAL		NUMERO SN COMPLEMENTO				
39.410-000	BAIRRO/DISTRITO AREA RURAL DE MONTES CLAROS	MONTES CLAROS	MG			
ENDEREÇO ELETRÓNICO ADENILSONLSANTOS@HOTMAIL.COM TELEFONE (38) 9904-8983						
ENTE FEDERATIVO RESPONSAVI	EL (EFR)					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/05/2017			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTR	AL					
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/08/2021 às 09:38:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>.

Passo a passo para o CNPJ Consultas CNPJ Estatísticas Parceiros Serviços CNP.

hillos //servicos /sceita fazenda dov br/servicos/critireva/Cntilreva Cumbrimante astr



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DO AGRICULTOR FAMILIAR E MORADORES DO DISTRITO DE CANTO

DO ENGENHO

CNPJ: 27.774.763/0001-46

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:46:48 do dia 21/10/2022 <hora e data de Brasília>. Válida até 19/04/2023.

Código de controle da certidão: FA65.B005.5A8E.22EA Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 21/10/2022

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 19/01/2023

NOME: ASSOCIACAO DO AGRICULTOR FAMILIAR E MORADORES DO DISTRITO DE CANTO DO ENGENHO					
CNPJ/CPF: 27.774.763/0001-46					
LOGRADOURO: PRACA BOM JESUS	NÚMERO: 9714				
COMPLEMENTO:	BAIRRO: CENTRO	CEP: 39400060			
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: MONTES CLAROS	UF: MG			

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;
- 2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

	IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO	
_				

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2022000586953724



Prefeitura Municipal de Montes Claros Secretaria de Finanças

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

81825 / 2022

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ASSOCIACAO DO AGRICULTOR FAMILIAR E MORADORES DO DISTRITO DE CANTO DO ENGENHO

ENDEREÇO COMPLETO

AREA RURAL , 0, BR 365 KM 25 , AREA RURAL DE MONTES MONTES CLAROS- MG - CEP: 39410000

CPF/CNPJ

CÓD. CONTRIBUINTE

27.774.763/0001-46

332637

Consultando nossos arquivos constatamos que NADA CONSTA nesta PREFEITURA, em nome do contribuinte acima citado, e até a presente data, referente a débitos vencidos relativos a Impostos e Taxas, sob qualquer título.

Quanto a esta CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ficam ressalvados, entretanto, eventuais direitos de a Fazenda Pública do Município de Montes Claros lançar e cobrar débitos que venham a ser apurados.

FIM EXPRESSO A QUE SE DESTINA ESSA CERTIDÃO

Fins de Direito

OBSERVAÇÕES

ESTA CERTIDÃO NÃO TEM VALIDADE PARA EFEITOS DE TRANSMISSÃO DE IMÓVEL E PARA FINS DE INVENTÁRIO, HAJA VISTA QUE TAIS FINALIDADES SÃO ATESTADAS EM DOCUMENTOS PRÓPRIOS.

DATA DE EMISSÃO

DATA DE VALIDADE

21/10/2022

20/11/2022

QUALQUER RASURA INVALIDA A CERTIDÃO

Esse documento foi impresso via Internet. Para testar sua autenticidade acesse www.montesclaros.mg.gov.br, clique em IPTU ONLINE, na opção Autentica Certidão e digite as informações solicitadas.

Código Autenticidade: 796782707796782